

Magistratura São Paulo Concurso 175

Prova Preambular (1ª Fase)

DIREITO CIVIL

01. A propósito dos defeitos que, segundo o novo Código Civil, tornam anuláveis os negócios jurídicos, analise as seguintes relações:

- I. o erro, a coação e o estado de perigo;
- II. a lesão, a fraude contra credores e a coação;
- III. o estado de perigo, a lesão e o dolo;
- IV. o dolo, o erro e a simulação.

Pode-se afirmar que são integralmente verdadeiras as relações

- (A) I e II, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, II e III, somente.
- (D) I, II, III e IV.

02. Considere as seguintes afirmações sobre prescrição e decadência:

- I. a prescrição ocorre em 15 (quinze) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor;
- II. em nenhuma hipótese o juiz pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição;
- III. deve o juiz conhecer, de ofício, da decadência, tanto a convencional, quanto a estabelecida por lei;
- IV. entre as causas que interrompem a prescrição, inclui-se o protesto, salvo o cambial.

Pode-se afirmar que não são integralmente corretas as afirmações

- (A) I e II, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, II, III, somente.
- (D) I, II, III e IV.

03. Assinale a alternativa incorreta entre as seguintes afirmações sobre sub-rogação e constituição de direitos.

- (A) A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado do direito sobre o imóvel.
- (B) O fiador que pagar integralmente a dívida fica sub-rogado nos direitos do credor e

poderá demandar, de qualquer um dos outros fiadores, a totalidade.

(C) A propriedade fiduciária de bem móvel constitui-se com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro.

(D) O direito de superfície, pelo qual o proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou plantar em seu terreno, por tempo determinado, constitui-se mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

04. Considere as seguintes afirmações sobre questões de família:

I. qualquer que seja o regime de bens do casamento, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis;

II. o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável, salvo quando feito em testamento, caso em que poderá ser revogado por novo testamento;

III. a obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros do devedor;

IV. o cônjuge declarado culpado na separação do casal nunca terá direito de pretender obter alimentos do outro cônjuge.

Pode-se concluir que são incorretas

(A) I e II, somente.

(B) III e IV, somente.

(C) I, III e IV, somente.

(D) I, II, III e IV.

05. Escolha a assertiva incorreta sobre direitos reais de garantia.

(A) É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

(B) É válida a cláusula que proíbe o proprietário alienar o imóvel hipotecado.

(C) É possível o desmembramento do ônus hipotecário, se o imóvel dado em garantia vier a ser loteado ou objeto de condomínio edilício, de modo a gravar cada lote ou unidade autônoma.

(D) A lei confere hipoteca ao credor sobre o imóvel arrematado, para garantia do pagamento do restante do preço da arrematação.

06. Indique a afirmação incorreta a propósito de separação judicial, divórcio e união estável.

(A) Dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges se forem casados por mais de 2 (dois) anos e o manifestarem perante o juiz, sendo por ele devidamente homologada a convenção.

(B) O pedido de separação ou divórcio cabe somente aos cônjuges e, no caso de incapacidade de qualquer um deles, poderá haver representação por curador, ascendente ou irmão.

(C) O divórcio pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens.

(D) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime de comunhão parcial de bens.

07. Assinale a alternativa incorreta a respeito do Direito das Sucessões.

(A) O direito à sucessão aberta pode ser objeto de cessão por escritura pública, mas o co-herdeiro não poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.

(B) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da

abertura da sucessão.

(C) Na sucessão testamentária, não podem ser chamadas a suceder as pessoas jurídicas.

(D) Em circunstâncias excepcionais declaradas na cédula, o testamento particular de próprio punho e assinado pelo testador, sem testemunhas, poderá ser confirmado, a critério do juiz.

08. No que concerne aos direitos de autor e de propriedade industrial, é incorreto dizer que (A) os direitos autorais e os direitos de propriedade industrial reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis.

(B) a proteção aos direitos de autor, de que trata a Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, depende necessariamente de registro nos órgãos públicos federais competentes.

(C) as normas relativas aos direitos de autor aplicam-se, no que couber, aos direitos conexos, entre os quais se incluem os dos artistas intérpretes ou executantes.

(D) a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial dá-se mediante: 1) concessão de patentes de invenção e modelo de utilidade; 2) concessão de registro de desenho industrial; 3) concessão de registro de marca; 4) repressão às falsas indicações geográficas e 5) repressão à concorrência desleal.

09. Considere os seguintes enunciados acerca de loteamento e incorporação imobiliária:

I. desde a data do registro do loteamento, na forma da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passam a integrar o domínio do município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo;

II. o contrato particular de compromisso de compra e venda de lote pode ser transferido a terceiro, independentemente da anuência do loteador, mas em relação a ele seus efeitos só se produzem depois de cientificado, por escrito, pelas partes, ou quando registrada a cessão;

III. o registro de uma incorporação imobiliária será válido pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual, se ela não se houver concretizado, o incorporador só poderá negociar unidades depois de atualizar a documentação exigida pela Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

IV. nas incorporações imobiliárias em que a construção for contratada pelo regime de administração, também chamado "a preço de custo", será de responsabilidade dos proprietários ou adquirentes o pagamento do custo integral da obra.

Pode-se dizer que estão corretos

(A) I, II, III e IV.

(B) II, III e IV, apenas.

(C) I e IV, apenas.

(D) I e III, apenas.

10. Analise as regras a seguir sobre condomínio edilício, Código do Consumidor, Lei dos Registros Públicos e Lei de Imprensa:

I. a convenção que constitui o condomínio edilício, a registrar no Cartório de Registro de Imóveis, deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das frações ideais e torna-se, desde logo, obrigatória para todos os titulares de direitos sobre as unidades, ou para quantos sobre elas tenham posse ou detenção;

II. segundo o Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor de serviços, se não comprovar o contrário ou culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores, por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos, mas a responsabilidade pessoal

- dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa;
- III. a decisão proferida no processo de dúvida suscitada acerca de exigências formuladas pelo oficial do Registro de Imóveis ao apresentante do título tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente;
- IV. segundo a Lei de Imprensa, ao juiz, mesmo a requerimento da parte prejudicada, é vedado, em resguardo da privacidade da parte vencida, decretar a publicação da sentença cível transitada em julgado, em jornal, periódico ou órgão de radiodifusão.
- Pode-se dizer que são verdadeiras
- (A) I e II, somente.
(B) III e IV, somente.
(C) I, II e III, somente.
(D) I, III e IV, somente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Analise as seguintes afirmações sobre a taxa judiciária:
- I. a taxa judiciária abrange todos os atos processuais, inclusive os relativos aos serviços de distribuidor, contador, partidor, de hastas públicas, bem como as despesas postais, com microfilmagem, intimações e publicações na Imprensa Oficial;
- II. nos inventários, arrolamentos e nas causas em que haja partilha de bens ou direitos, a primeira parcela da taxa judiciária será recolhida antes da adjudicação ou da homologação da partilha;
- III. entre os casos em que o recolhimento da primeira parcela da taxa judiciária pode ser diferido para final, incluem-se a reconvenção, a oposição, a declaração incidente e as causas cujo valor não exceda a 10 (dez) salários mínimos, estas últimas quando promovidas por pessoas físicas, excluído o cessionário;
- IV. entre as causas em que a taxa judiciária não incide, incluem-se as de acidente do trabalho, estado ou capacidade das pessoas, alimentos em que o valor da prestação mensal não seja superior a 2 (dois) salários mínimos e os embargos à execução.
- Pode-se concluir que são corretas
- (A) I e II, somente.
(B) III e IV, somente.
(C) I, III e IV, somente.
(D) I, II, III e IV.

12. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) Os Juízos dos Foros Regionais da Comarca da Capital não têm competência para as ações de acidente do trabalho e de interesse da Fazenda Pública Municipal e Estadual.
- (B) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, ainda que alterem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- (C) Entre as causas excluídas da competência do Juizado Especial Cível, estão as de natureza alimentar, falimentar, fiscal e todas aquelas cujo valor exceda a 40 (quarenta) salários mínimos.
- (D) Nas ações de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículo, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato.

13. Escolha a opção incorreta.
- (A) Os juízes substitutos não vitalícios não têm competência para julgar processos de concordata, falência e família.

(B) É da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça a competência recursal para as ações de imissão de posse de bem imóvel e as relativas a direitos de autor, propriedade industrial, patentes, marcas, denominações sociais e atos da Junta Comercial.

(C) Quando fundada em título judicial, a execução processar-se-á no juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, e, nos tribunais superiores, nas causas de sua competência originária.

(D) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa; quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal, e, interposto o recurso, diretamente ao tribunal.

14. Indique a assertiva incorreta.

(A) No procedimento de jurisdição voluntária, o juiz, ao decidir o pedido, não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.

(B) Para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a parte deverá comprovar a alegação de falta de condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família, mediante juntada de atestado de pobreza expedido pela autoridade competente.

(C) Na ação civil pública, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado.

(D) Na ação monitória, cumprindo o réu o mandado inicial, ficará isento de custas e honorários advocatícios.

15. Considere estas afirmações sobre prazos processuais:

I. não havendo fixação na lei e nem assinação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;

II. computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e, em dobro, para recorrer, quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores e a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público;

III. no procedimento ordinário, o prazo para contestar, dentro do qual o réu também poderá ofertar exceção e reconvenção, é de 15 (quinze) dias;

IV. o prazo para a apelação é de 15 (quinze) dias; para o agravo de instrumento, de 10 (dez) dias; para o agravo retido e os embargos de declaração, de 5 (cinco) dias.

Pode-se concluir que não são integralmente verdadeiras

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

16. Analise as seguintes regras sobre a atuação do julgador no processo:

I. a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipar e, salvo nos casos em que o advogado funcionar em causa própria, os honorários advocatícios;

II. ao juiz ou tribunal não cabe pronunciar, de ofício, a litigância de má-fé e impor as sanções decorrentes, providências sempre dependentes de expresso requerimento da parte interessada;

III. ainda que não suscitadas em contestação, a litispendência, a coisa julgada, a incompetência absoluta, a inexistência ou nulidade da citação e a carência da ação podem ser conhecidas de ofício pelo juiz;

IV. ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos, ordenando as providências necessárias à repetição ou retificação; mas, quando puder decidir o mérito em

favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, não a decretará e nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

Pode-se concluir que não são integralmente verdadeiras

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

17. Assinale a alternativa incorreta.

(A) A citação pelo correio, quando o autor não a requerer de outra forma, será feita para qualquer comarca do País, salvo no processo de execução, nas ações de estado e se o réu for pessoa incapaz, de direito público ou residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência.

(B) No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.

(C) Em qualquer hipótese de sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e as respectivas autarquias e fundações de direito público, ou de procedência, no todo ou em parte, de embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, é impositivo, com sujeição ao duplo grau de jurisdição, o reexame necessário.

(D) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz, independentemente de pedido do autor, poderá, em antecipação de tutela ou na sentença, impor ao réu, com fixação de prazo razoável para o cumprimento do preceito, multa diária, cujo valor ou periodicidade também poderá alterar de ofício, caso verifique insuficiência ou excesso.

18. Considere as seguintes assertivas sobre recursos:

I. cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou dúvida;

II. no agravo retido, que independe de preparo e em cuja interposição o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação, não cabe ao juiz reformar a decisão;

III. o recurso adesivo, ao qual se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal, deverá ser conhecido, mesmo se houver desistência do principal ou se este for declarado inadmissível ou deserto;

IV. no ato de interposição do recurso, o recorrente, sob pena de deserção, comprovará o recolhimento do preparo, cuja insuficiência não admitirá suprimento ou complementação.

Indique as incorretas.

(A) I e II, somente.

(B) II e IV, somente.

(C) I, III e IV, somente.

(D) I, II, III e IV.

19. Analise as seguintes afirmações sobre execução e liquidação de sentença:

I. entre os títulos executivos judiciais inclui-se a sentença homologatória de conciliação ou transação, salvo a que versar matéria não posta em juízo;

II. entre os títulos executivos extrajudiciais incluem-se a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, o cheque e a debênture;

III. a citação do réu, na liquidação por arbitramento e na liquidação por artigos, far-se-á na pessoa de seu advogado, constituído nos autos;

IV. são absolutamente impenhoráveis, ainda que para garantir pagamento de prestação alimentícia, os vencimentos dos magistrados, dos professores e dos funcionários públicos, o soldo e os salários.

Pode-se concluir que não são integralmente verdadeiras

- (A) I e IV, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, III e IV, somente.
- (D) II, III e IV, somente.

20. Considere as seguintes afirmações:

I. ressalvados os casos de locações reguladas pelo Código Civil e leis especiais (art. 1.º, parágrafo único, da Lei n.º 8.245/91), nas ações de despejo, consignação em pagamento de aluguel e acessório da locação, revisionais de aluguel e renovatórias de locação, é competente o foro do lugar da situação do imóvel, se outro não houver sido eleito no contrato, e os recursos interpostos das sentenças terão efeito somente devolutivo;

II. entre os legitimados concorrentes para requerer o inventário incluem-se o cessionário do herdeiro ou do legatário e o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança;

III. da sentença que julga procedente o pedido e declara a falência cabe agravo de instrumento; da que julga elidido ou improcedente o pedido de falência, cabe apelação;

IV. os embargos de terceiro, no processo de execução, podem ser opostos até 5 (cinco) dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

Pode-se concluir que são corretas

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

DIREITO PENAL

21. A propósito do tempo, ou do momento do crime, a lei penal brasileira adotou a teoria

- (A) da atividade.
- (B) do resultado.
- (C) mista ou da ubiqüidade.
- (D) da normalidade.

22. A propósito do lugar do crime, a lei penal brasileira adotou a teoria

- (A) da atividade.
- (B) do resultado.
- (C) da irretroatividade.
- (D) mista ou da ubiqüidade.

23. Não admitem tentativa punível os crimes

- (A) próprios.
- (B) progressivos.
- (C) unissubsistentes.
- (D) unissubjetivos.

24. O tipo descrito no art. 123 do Código Penal (“matar sob influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após”) é aquele que se conceitua como
- (A) qualificado.
 - (B) privilegiado.
 - (C) normal.
 - (D) fundamental.
25. O homicídio privilegiado pode ser reconhecido no caso de
- (A) injusta provocação da vítima.
 - (B) reação imediata, em face de injusta provocação geradora de violenta emoção.
 - (C) violenta emoção do agente, provocada por ato da vítima.
 - (D) injusta provocação da vítima, geradora de violenta emoção.
26. Segundo o que dispõe a lei penal,
- (A) o perdão do ofendido pode ser concedido a apenas um dos querelados.
 - (B) o perdão do ofendido concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.
 - (C) o perdão produz efeitos extintivos da punibilidade, mesmo que o querelado o recuse.
 - (D) concedido o perdão por um dos ofendidos, extingue-se o direito de todos os demais atingidos pelo mesmo gesto delituoso.
27. Se Ambrósio, pretendendo subtrair o veículo de Raimundo, desferiu tiros contra este e contra Maria, que o acompanha, matando-os, sem, contudo, lograr concretizar a subtração, ocorre
- (A) latrocínio consumado.
 - (B) dois latrocínios consumados em concurso material.
 - (C) latrocínio tentado.
 - (D) latrocínio tentado em concurso com homicídio consumado.
28. O réu com 71 anos de idade e portador de moléstia grave incurável, condenado pela prática de roubo qualificado, a 5 anos e 4 meses de reclusão, mais a multa,
- (A) pode fazer jus ao sursis.
 - (B) pode fazer jus ao regime aberto.
 - (C) não pode fazer jus ao sursis.
 - (D) pode fazer jus à suspensão condicional do processo.
29. A obediência hierárquica referida no art. 22 do Código Penal é causa de exclusão
- (A) da ilicitude.
 - (B) da tipicidade.
 - (C) de antijuridicidade.
 - (D) da culpabilidade.
30. O funcionário público Antônio, sabendo que Mário pretende vender seu veículo, ardilosamente apresenta-se a ele como interessado na compra, solicitando-lhe, por isso, permissão para experimentá-lo. Mário, acreditando nele, entrega-lhe o veículo e Antônio não o devolve nunca mais. O delito praticado por este último foi
- (A) furto qualificado pela fraude.
 - (B) apropriação indébita.
 - (C) estelionato.
 - (D) peculato.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. Sentença condenatória imprópria é aquela que, reconhecidos o fato típico e a autoria,
- (A) concede ao réu a suspensão condicional da pena.
 - (B) substitui a pena carcerária por outra restritiva de direitos.
 - (C) reconhece a realidade da imputação e aplica causa excludente de pena.
 - (D) reconhece o fato típico e indícios da autoria, pronunciando o réu.
32. João e Antônio foram presos em flagrante, acusados de furto praticado contra Maria, de quem subtraíram coisa de pequeno valor. No curso do inquérito descobre-se que João e Maria são irmãos. Diante disso, se desejar vê-los processados, Maria
- (A) deverá representar contra ambos, já que a imunidade comunica-se ao co-autor.
 - (B) deverá representar contra João, não precisando fazê-lo em relação a Antônio.
 - (C) não precisará fazer nada, pois o crime de furto é de ação pública independente de representação e, por isso, os dois serão processados.
 - (D) se deixar decorrer o prazo de seis meses, sem oferecimento de representação, verá operar-se a prescrição em relação aos dois autores do furto, extinguindo-se a punibilidade de ambos.
33. Em caso de crime da competência do Tribunal do Júri, julgada improcedente a denúncia porque inexistentes indícios suficientes da autoria, o Juiz
- (A) poderá aceitar a instauração de processo futuro contra o réu ou terceiros, se houver novas provas.
 - (B) não poderá aceitar a instauração de processo futuro porque definitiva a impronúncia.
 - (C) deverá recorrer ex-offício ao Tribunal.
 - (D) deverá, por iniciativa sua, determinar diligências que lhe permitam reconsiderar a decisão inicial.
34. A nulidade por falta do interrogatório do réu
- (A) estará sanada por ausência de arguição oportuna.
 - (B) estará sanada se apresentada defesa escrita negando o teor da imputação.
 - (C) representa mera irregularidade, imerecedora de proclamação, se não tiver causado prejuízo.
 - (D) é insanável.
35. Faltando ao libelo crime acusatório os requisitos exigidos por lei, o juiz
- (A) devolverá a peça ao Ministério Público para apresentar outro.
 - (B) rejeitará o libelo, arquivando o processo.
 - (C) por despacho suprirá as omissões.
 - (D) receberá o libelo por se tratar de mera irregularidade.
36. Nos processos por infração à lei de tóxicos n.º 6.368/76, o laudo de exame químico toxicológico deverá ser juntado aos autos
- (A) antes do recebimento da denúncia.
 - (B) até a audiência de instrução e julgamento.
 - (C) desnecessariamente, podendo a ausência dele ser suprida pela prova oral.
 - (D) antes da lavratura do auto de prisão em flagrante.

37. Em face de decisão judicial que, acolhendo requerimento do Ministério Público, determina o arquivamento de inquérito instaurado para a investigação sobre crime de ação pública, o recurso que a vítima inconformada poderá interpor é

(A) apelação.

(B) em sentido estrito.

(C) nenhum.

(D) pedido de envio dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, na forma do art. 28 do Código de Processo Penal.

38. Se o juiz, ao receber os autos para sentença, reconhecer a possibilidade de nova definição jurídica do fato que implique a aplicação de pena mais branda que a prevista para o crime imputado, resultando esse reconhecimento da prova de circunstância elementar não contida na denúncia, deverá

(A) baixar os autos para que o Ministério Público adite a denúncia.

(B) baixar os autos para que a defesa fale e produza provas se quiser.

(C) sentenciar desde logo o feito, com apoio no art. 383 do Código de Processo Penal.

(D) absolver o réu ante a ausência de co-relação entre a imputação inicial e o que mostraram as provas.

39. O não comparecimento de pelo menos 15 dos 21 jurados sorteados para a sessão levará o juiz a

(A) convocar imediatamente jurados suplentes para completar o número mínimo e realizar o júri.

(B) com a concordância das partes, realizar o julgamento com os jurados presentes.

(C) convocar novo júri para o dia útil imediato.

(D) transferir o julgamento para a próxima sessão periódica.

40. Com relação à competência do Tribunal do Júri para julgar crimes dolosos contra a vida, está correto dizer que

(A) o Tribunal do Júri julga todos os crimes dolosos contra a vida, por se tratar de garantia constitucional.

(B) a Constituição Federal prevê exceções a essa regra, afastando determinadas situações da competência do tribunal popular.

(C) o Tribunal do Júri não tem competência para julgar crimes dolosos contra a vida, praticados por militares contra civis.

(D) o Tribunal do Júri tem competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, cabendo ao juiz singular julgar os delitos eventualmente conexos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

41. Dispõe o art. 5.o, XIII, da Constituição Federal, que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.” Esse dispositivo configura

(A) norma constitucional de eficácia plena.

(B) norma constitucional de eficácia contida.

(C) norma programática da Constituição Federal.

(D) norma constitucional ineficaz.

42. Nos termos do art. 60, § 4.o, da Constituição Federal, não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir

- (A) os direitos sociais e as sanções por omissão do voto obrigatório.
- (B) o Tribunal do Júri e o precatório judicial na execução contra a Fazenda Pública.
- (C) a separação dos poderes e o voto direto universal.
- (D) a participação dos empregados nos lucros da empresa e a idade da imputabilidade penal.

43. A cláusula de reserva de plenário exige que

- (A) o julgamento do Presidente e do Vice-Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, seja realizado pelo Plenário do Congresso Nacional.
- (B) somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público.
- (C) a alegação incidental de inconstitucionalidade seja julgada pelo Plenário completo do Supremo Tribunal Federal.
- (D) em cada plenário de Tribunal haja a reserva de um quinto dos lugares para os oriundos da Advocacia e do Ministério Público.

44. A “suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, dá-se

- (A) automaticamente ante o trânsito em julgado da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- (B) por ato do Presidente da República, ante o julgamento definitivo do Supremo Tribunal Federal.
- (C) por ato do Presidente do Supremo Tribunal Federal, ante o trânsito em julgado da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- (D) por ato do Senado Federal, ante a decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

45. Nos termos dos arts. 34 e 35 da Constituição Federal, referentes à intervenção nos Estados e nos Municípios, é correto dizer que

- (A) a União pode intervir diretamente no município apenas ante a solicitação do Estado a que pertença, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- (B) a União pode intervir diretamente no município apenas ante a solicitação deste, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, no caso de impossibilidade de restabelecimento da ordem por parte do Estado a que pertença.
- (C) a União pode intervir diretamente no Município, apenas em obediência a decisão do Tribunal de Justiça do Estado a que pertença, reconhecendo a necessidade de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- (D) a União não pode intervir diretamente no Município, por solicitação do Estado a que pertença ou do próprio Município, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

46. Proferido pelo Tribunal de Contas, por votação unânime, parecer no sentido da rejeição total de contas do Prefeito Municipal, segue-se que a Câmara Municipal

- (A) rejeitará as contas, nos termos do parecer.
- (B) constituirá Comissão Técnica Especial para exame, assegurando ao Prefeito o contraditório e a ampla defesa, seguindo-se o julgamento definitivo das contas por aludida comissão técnica.
- (C) poderá aprovar as contas, rejeitando o parecer do Tribunal de Contas.

(D) poderá aprovar as contas somente se constatar a existência de erro material no julgamento do Tribunal de Contas.

47. Assinale a alternativa que possui somente afirmações corretas.

(A) Pode ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça o brasileiro nato ou naturalizado.

(B) Só pode ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça o brasileiro nato.

(C) Só pode ser nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça o brasileiro nato.

(D) Só pode ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal o brasileiro nato.

48. Sobre a autonomia orgânico-administrativa do Poder Judiciário, é correto afirmar que

(A) assegura aos Tribunais de Justiça a competência para julgar os juízes estaduais e membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, exceto nos casos de competência da Justiça Eleitoral.

(B) abrange a competência para prover cargos, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, sempre que o poder judiciário verificar a necessidade para o atendimento do serviço.

(C) implica a competência para elaboração de proposta orçamentária pelos tribunais, dentro de limites estipulados com os demais poderes.

(D) outorga aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, o poder de alterar, segundo a conveniência imposta pela quantidade de serviço, a competência cível e criminal dos tribunais estaduais.

49. Assinale a alternativa cujas afirmações sejam todas corretas.

(A) A vitaliciedade é garantia que só pode ser adquirida pelos magistrados brasileiros, sem exceção, somente após dois anos de exercício.

(B) A perda do cargo por todos os magistrados nacionais só pode ocorrer por sentença judicial transitada em julgado.

(C) A promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.

(D) Na apuração da antiguidade, o tribunal só poderá recusar o juiz mais antigo por votação por maioria absoluta.

50. Da independência e harmonia entre os Poderes da União resultam importantes conseqüências, entre as quais:

(A) o Congresso Nacional é competente para processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República e o Advogado da União nos crimes de responsabilidade.

(B) o Senado Federal é competente para processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

(C) o Senado Federal é competente para processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, o Procurador Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

(D) o Congresso Nacional é competente para processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os Ministros dos Tribunais Superiores, o Procurador Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- (A) a investidura em qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma da lei.
- (B) a garantia ao servidor público civil do direito à livre associação sindical e, por intermédio desta, de participar da administração pública direta e indireta.
- (C) a garantia do direito de acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo em geral.
- (D) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

52. Quanto a vencimentos de servidores públicos, é correto afirmar que

- (A) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (B) podem os vencimentos de servidores públicos ser objeto de convenção coletiva que estabeleça a incidência de correção monetária automática.
- (C) não pode ser exigida constitucionalmente a correção monetária no pagamento com atraso de vencimentos de servidores públicos.
- (D) pode ser exigida a correção dos vencimentos segundo a correção do salário-mínimo.

53. Julgada improcedente ação civil pública, o acionado sustenta que o acionamento foi abusivo e que tem direito a perdas e danos, de modo que move ação de indenização. É legitimado passivo para essa ação

- (A) o Ministério Público, por intermédio da Procuradoria Geral da Justiça.
- (B) a Procuradoria Geral do Estado.
- (C) a Fazenda Pública Estadual.
- (D) o Governo do Estado, citando-o na pessoa do Governador.

54. Diante do cometimento de infração notória, em seguida a nomeação por concurso público, mas ainda no período de estágio probatório, o servidor público pode ser demitido

- (A) mediante procedimento em que se assegure direito de defesa, apenas se integrante do quadro de funcionários.
- (B) de plano, por verdade sabida, ante a notoriedade do fato, visto tratar-se de funcionário não efetivo.
- (C) mediante instauração de processo, assegurado o direito de defesa, ainda que não se trate de funcionário público, mas apenas de nomeado para função pública.
- (D) a bem do serviço público, por verdade sabida, se tratar de servidor de função e não de titular de cargo público.

55. Configura situação de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei n.º 8.666/93:

- (A) ausência de interessados na licitação anterior e se esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (B) apresentação somente de propostas consignando preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, nas condições da lei, será admitida a adjudicação direta dos

bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços ou dos serviços.

(C) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

(D) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

56. O Administrador Público exonera ocupante de cargo demissível ad nutum e expõe que o faz devido a improbidade. Nesse caso, o exonerado

(A) porque demissível ad nutum, não pode obter judicialmente a anulação do ato, demonstrando a inexistência de improbidade.

(B) tem acesso ao Judiciário, para anular o ato de demissão mediante demonstração da inverdade da improbidade informada.

(C) tem acesso ao Judiciário apenas para obter indenização por danos morais, caso demonstre a inverdade da alegação de improbidade.

(D) não pode discutir os motivos em Juízo, por se tratar de cargo de que demissível ad nutum.

57. Na desapropriação por utilidade pública, é correta a afirmação seguinte:

(A) a imissão na posse não poderá ser deferida antes da citação, em virtude da necessidade de observância do contraditório constitucional.

(B) é constitucional o direito do expropriante de haver a imissão na posse, independentemente da citação do réu, mediante o depósito do valor cadastral do imóvel, para fins de lançamento do imposto territorial, urbano ou rural, caso o referido valor tenha sido atualizado no ano fiscal imediatamente anterior.

(C) ofende a Constituição Federal o deferimento da imissão na posse, em todo processo de desapropriação, independentemente do depósito do valor integral da avaliação provisória judicialmente realizada.

(D) alegada urgência na desapropriação, o expropriante deverá requerer a imissão na posse, depositando a oferta, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, podendo esse prazo renovar-se no caso de não realização do depósito, observado, contudo, o prazo de caducidade de cinco anos do decreto expropriatório.

58. As denominadas agências reguladoras - ANATEL, ANEEL, ANA e semelhantes, têm a natureza jurídica de

(A) fundações de caráter privado, a que são delegadas funções públicas.

(B) convênios administrativos de caráter regulamentador.

(C) autarquias sob regime especial.

(D) associações civis concessionárias de serviços de regulamentação pública.

59. Quanto ao mandado de segurança, pode-se corretamente afirmar que

(A) é constitucional lei que fixa prazo de decadência para o mandado de segurança.

(B) a sentença que conceder o mandado de segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não podendo ser executada provisoriamente.

(C) a execução da liminar poderá ser suspensa pelo Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do recurso, no caso de, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, o Presidente do Tribunal entender ausente algum dos requisitos de concessão da liminar, constantes do art. 7.º, II, da Lei n.º 1.533/51.

(D) na ação de mandado de segurança não se admite a condenação em honorários advocatícios, salvo o caso de impetração abusiva, configuradora de litigância de má fé.

60. Em matéria de contrato administrativo, pode-se afirmar, corretamente, que
- (A) o equilíbrio contratual é fixado no contrato e sempre permanece inalterado para toda a sua duração, excetuada, contudo, a correção monetária.
 - (B) é totalmente inaplicável a exceptio inadimpleti contractus, ressalvada indenização ulterior, de modo que não é autorizada, em nenhuma hipótese, a paralisação da obra pelo contratado, no caso de atraso de pagamento.
 - (C) o princípio da continuidade do serviço público afasta inteiramente a invocação da exceptio inadimpleti contractus, ressalvada a indenização pelos prejuízos causados pelos atrasos de pagamento do Poder Público.
 - (D) só é possível a paralisação total da obra no caso de a inadimplência da administração criar encargo extraordinário e insuportável, obrigando a verdadeiro financiamento da obra pela contratada.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. O princípio da capacidade contributiva, contido no § 1.º do art. 145 da Constituição Federal,
- (A) escuda-se no princípio da isonomia.
 - (B) é atendido com a progressividade do imposto sobre a renda.
 - (C) é atendido com a aplicação de alíquota proporcional à base de cálculo.
 - (D) todas as alternativas estão corretas.
62. Não cabe à lei complementar
- (A) estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação.
 - (B) estabelecer normas gerais sobre obrigações tributárias.
 - (C) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (D) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
63. O sujeito passivo da obrigação tributária
- (A) é sempre o devedor direto, que tem relação pessoal e direta com o fato gerador.
 - (B) pode ser o devedor indireto que, embora não seja o contribuinte, responde pela obrigação por força de lei, mas nunca em decorrência de sucessão ou solidariedade.
 - (C) pode ser o devedor indireto que, embora não seja o contribuinte, responde pela obrigação por força de lei, em caráter de substituição ou de transferência.
 - (D) pode sempre ser alterado mediante cláusulas contratuais particulares.
64. Em relação ao Lançamento Tributário, assinale a alternativa correta.
- (A) Lançamento é o procedimento administrativo discricionário que constitui o crédito tributário.
 - (B) Os efeitos do lançamento se dão ex nunc e, portanto, não retroagem ao tempo da ocorrência do fato gerador.
 - (C) É aplicável a lei da data da ocorrência do fato gerador.
 - (D) No lançamento direto, o sujeito passivo presta informações e paga antecipadamente o tributo, sem exame prévio da Fazenda Pública.

65. Assinale a alternativa correta, no que toca às garantias e privilégios do Crédito Tributário.

- (A) Todos os bens do sujeito passivo respondem pelo pagamento do crédito fiscal, com exceção daqueles gravados com garantia real.
- (B) O crédito tributário exigível no curso da falência é considerado encargo da massa falida, devendo ser pago antes dos créditos trabalhistas e das dívidas da massa.
- (C) O crédito tributário está obrigatoriamente sujeito ao concurso de credores, não podendo a Fazenda Pública promover independentemente o executivo fiscal correspondente.
- (D) Instaurada a execução fiscal, há presunção de fraude na alienação de bens do sujeito passivo em débito com o Fisco, ainda que haja reserva de bens ou rendas suficientes para a quitação integral da dívida.

66. São formas de extinção do Crédito Tributário:

- (A) pagamento, compensação, transação e remissão.
- (B) pagamento, compensação, moratória e decadência.
- (C) pagamento, decadência, interposição de recurso administrativo e transação.
- (D) remissão, moratória, compensação e decadência.

67. Indique a assertiva correta.

- (A) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação diretamente dependente de determinada atividade ou serviço estatal, relativos ao contribuinte.
- (B) A contribuição social tem caráter genérico, em razão de sua destinação incerta, sem finalidade predeterminada.
- (C) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- (D) A taxa tem sempre como fato gerador a utilização efetiva de serviço público específico e divisível.

68. Analise as afirmações relativas aos empréstimos compulsórios.

- I. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório poderá, em casos extraordinários, ser desvinculada da despesa que fundamentou sua instituição.
- II. A União, os Estados e Municípios, mediante lei complementar, poderão criar empréstimos compulsórios, nas hipóteses previstas na Constituição Federal.
- III. Devido ao caráter de urgência, podem constituir exceção ao princípio da anterioridade, no caso de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência.

Pode-se afirmar que

- (A) todas as alternativas estão corretas.
- (B) apenas II e III estão corretas.
- (C) apenas II está correta.
- (D) apenas III está correta.

69. A dívida ativa tributária regularmente inscrita

- (A) goza de presunção relativa de certeza e liquidez e, por isso, não tem efeito de prova pré-constituída.
- (B) goza de presunção relativa de certeza e liquidez que poderá ser ilidida por prova inequívoca do sujeito passivo ou de terceiro que a aproveite.
- (C) goza de presunção absoluta de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída, que não poderá ser ilidida pelo sujeito passivo.
- (D) goza de presunção absoluta de certeza e liquidez, mas não tem efeito de prova pré-constituída.

70. Têm legitimidade ativa para propor execução fiscal
- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as sociedades de economia mista.
 - (B) exclusivamente a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (C) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as empresas públicas.
 - (D) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as autarquias e entidades com capacidade tributária delegada.

DIREITO COMERCIAL

71. Considere as afirmativas a seguir:

- I. O atual sistema brasileiro de disciplina privada da economia segue integralmente o modelo francês dos atos de comércio, sujeitando as atividades econômicas a dois sub-regimes diversos e separados: civis e comerciais.
- II. A tese da unificação da disciplina privada da atividade econômica, estabelecendo um regime geral empresarial, não encontra guarida no atual ordenamento jurídico pátrio.
- III. Uma das poucas distinções relevantes que separam os empresários daqueles que exercem atividades civis é a possibilidade de falência pelos primeiros.

Pode-se afirmar que

- (A) apenas I e II estão corretas.
- (B) apenas II e III estão corretas.
- (C) apenas III está correta.
- (D) nenhuma das afirmativas é correta.

72. Assinale a alternativa correta.

- (A) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se o fizer, responderá pelas obrigações contraídas, subsidiariamente ao Registro Público de Empresas Mercantis que procedeu à inscrição irregular.
- (B) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, incluindo-se na caracterização legal quem exerça profissão de natureza científica ou intelectual.
- (C) Antes do início da atividade, é facultativa a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- (D) O princípio do sigilo dos livros comerciais não pode ser oposto contra ordem judicial ou contra autoridades fiscais.

73. Considere os itens elencados, que versam sobre os contratos de Colaboração Empresarial.

- I. Na representação comercial, caso típico de colaboração por intermediação, o colaborador compra os produtos do fornecedor e os comercializa posteriormente.
- II. A cláusula de exclusividade de distribuição será sempre inválida, por atentar contra o princípio da liberdade de competição.
- III. A representação comercial regula-se pela CLT, na medida em que os representantes comerciais atuam como empregados dos representados.

Pode-se dizer que

- (A) apenas I está correto.
- (B) apenas II está correto.
- (C) apenas III está correto.
- (D) nenhum dos itens está correto.

74. São requisitos formais da nota promissória:

- (A) promessa incondicional de pagar quantia determinada; nome do tomador; data do saque; assinatura do subscritor.
- (B) lugar do saque; promessa condicional de pagar quantia determinada; nome do tomador; data do saque.
- (C) promessa incondicional de pagar quantia determinada ou indeterminada; data do saque; assinatura do subscritor; lugar do saque.
- (D) a expressão “nota promissória” no texto do título; promessa condicional de pagar quantia determinada; nome do tomador; data do saque.

75. Uma sociedade simples que se constitua segundo tipo de sociedade limitada

- (A) estará irregularmente personificada.
- (B) subordina-se às normas aplicáveis à sociedade limitada.
- (C) subordina-se às normas aplicáveis à sociedade simples.
- (D) subordina-se às normas aplicáveis à sociedade simples e, subsidiariamente, às normas aplicáveis à sociedade limitada.

76. A dissolução parcial da sociedade limitada

- (A) não é admitida nunca, em razão da primazia aos interesses individuais do sócio.
- (B) não é admitida em caso de quebra da affectio societatis.
- (C) vem sendo admitida pela doutrina e jurisprudência, em atenção à função social e ao princípio da preservação da empresa.
- (D) vem sendo admitida pela doutrina e jurisprudência, mas, no exercício do direito de recesso, a dissolução será obrigatoriamente total.

77. Nas sociedades por ações,

- (A) o capital social é dividido em ações, os sócios têm responsabilidade limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas e as ações deverão ser necessariamente negociadas no mercado de valores mobiliários.
- (B) o capital social é dividido em ações, as ações terão obrigatoriamente valor nominal e as ações preferenciais poderão garantir prioridade na distribuição de dividendos.
- (C) os sócios têm responsabilidade limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, as ações preferenciais poderão garantir prioridade na distribuição de dividendos, e é permitida a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.
- (D) as ações serão necessariamente nominativas, o capital social é dividido em ações, e as ações preferenciais poderão garantir prioridade no reembolso do capital.

78. São matérias de competência privativa da Assembléia Geral:

- (A) reforma do estatuto social, suspensão de direitos de acionistas e votação das demonstrações financeiras anuais da companhia.
- (B) deliberação sobre as operações de fusão, reforma do estatuto social e eleição e destituição dos membros da diretoria.
- (C) suspensão de direitos de acionistas, fiscalização da atuação da diretoria e representação legal da sociedade anônima.
- (D) votação das demonstrações financeiras anuais da companhia, fiscalização da atuação da diretoria e deliberação sobre as operações de incorporação.

79. A sentença declaratória da falência

- (A) tem, na verdade, caráter constitutivo, na medida em que passa a incidir, sobre as relações entre os credores em concurso e a sociedade, o regime específico falimentar.
- (B) deve conter o termo legal da falência e a nomeação do síndico, mas o prazo para os credores habilitarem seus créditos só será aberto posteriormente.
- (C) poderá instituir medidas cautelares que preservem o interesse da massa, como a lacração do estabelecimento, mas não o seqüestro de bens.
- (D) é terminativa e, portanto, da sua edição é cabível o recurso de apelação.

80. Sobre a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, assinale a alternativa correta.

- (A) O fabricante, o produtor, o construtor e o comerciante respondem solidariamente e objetivamente pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de fabricação.
- (B) No que toca à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, consideram-se consumidores todas as vítimas do evento, mesmo que não tenham adquirido o produto ou serviço.
- (C) A responsabilidade dos profissionais liberais é objetiva, na medida em que estão caracterizados como fornecedores de serviço.
- (D) O serviço será considerado defeituoso, levando-se em conta apenas o modo de seu fornecimento, e nunca a época em que foi fornecido.

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

81. O último Prêmio Nobel da Paz foi atribuído

- (A) a um professor norueguês.
- (B) a uma advogada iraniana.
- (C) ao presidente sul-coreano.
- (D) a um diplomata timorense.

82. Atividades clandestinas de garimpo em rios da Amazônia, que resultam na formação de “lagoas para bateia”, fazem com que, de forma indireta, se influencie o aumento, na população local, da incidência de

- (A) doença de Chagas.
- (B) malária.
- (C) teníase.
- (D) ascaridíase.

83. A economia chinesa tem sido destaque na imprensa mundial devido

- (A) às elevadas taxas de crescimento econômico obtidas depois da democratização do país e do intenso êxodo rural que barateou a mão-de-obra urbana.
- (B) ao processo de falência que atravessa, desde que o mundo socialista e a URSS ruíram, deixando o país sem seus mercados preferenciais.
- (C) ao crescimento acelerado de sua economia, fundamentado na adoção do chamado “socialismo de mercado” e na exploração de uma numerosa e barata mão-de-obra.
- (D) ao modo como tem conseguido superar as crises financeiras mundiais, redirecionando sua produção industrial para o seu pequeno, mas promissor mercado interno.

84. Assinale a frase correta quanto à crase.

- (A) Jamais me referi à Vossa Excelência com palavras desrespeitosas.
- (B) Depois de dois dias no mar, os marinheiros voltaram à terra para descansar.
- (C) Os turistas observavam os animais à distância.
- (D) Aos fins de semana costumava ir à Santos das belas praias.

85. Indique a frase em que há erro de emprego do verbo.

- (A) Uma e outra coisa lhe desagrada.
- (B) Vai fazer cinco meses que não chove.
- (C) Deve haver muitos lugares, mas em razão das chuvas, poucos torcedores comparecerão ao estádio.
- (D) Se o governo não intervir imediatamente, haverá confusão na economia.

86. Assinale a alternativa correta.

- (A) Ficou com parte do corpo paralisado.
- (B) No relógio da matriz vai dar dez horas daqui há pouco.
- (C) Se o delegado manter o acusado preso por mais tempo, o advogado impetrará habeas corpus.
- (D) Esses 5% da boiada morreram.

87. Substituto interino do Papa, que assume entre a sua morte e a eleição do sucessor:

- (A) Deão.
- (B) Consistório.
- (C) Camerlengo.
- (D) Prior.

88. Considere as seguintes expressões latinas, relacionando-as com o seu âmbito de aplicação forense.

I. Quod non est in actis non est in mundo.

Id quod plerumque accidit. Campo probatório

II. Iura novit curia. Princípios processuais

Audiatur et altera pars.

III. De lege lata; de lege ferenda.

Favorabilia amplianda odiosa Hermenêutica restringenda.

IV. Cogitationis poenam nemo patitur.

Res perit domino. Responsabilidade

Estão corretas as relações indicadas em

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, III e IV, somente.
- (D) I, II, III e IV.

89. A propósito das obras de autoria de Machado de Assis, considere as seguintes relações:

I. Iaiá Garcia, A Mão e a Luva e Papéis Avulsos;

II. O Primo Basílio, Memórias Póstumas de Brás Cubas e O Cortiço;

III. Dom Casmurro, Helena e Contos Fluminenses;

IV. Memorial de Aires, Esaú e Jacó e Ressureição.

Pode-se afirmar que são verdadeiras somente as relações

- (A) I, III e IV.

- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.

90. Leia estas afirmações a propósito de Jorge Amado.

I. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro.

II. Seu primeiro romance foi O país do Carnaval.

III. Seu último romance foi Milagre dos Pássaros.

IV. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, na cadeira que tem por patrono José de Alencar e por primeiro ocupante Machado de Assis.

São corretas

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

GABARITO

01.C	02.D	03.B	04.D	05.B	06.A	07.C	08.B	09.A	10.C
11.D	12.B	13.A	14.B	15.B	16.A	17.C	18.D	19.A	20.D
21.A	22.D	23.C	24.D	25.B	26.B	27.A	28.C	29.D	30.C
31.C	32.B	33.A	34.D	35.A	36.B	37.C	38.B	39.C	40.B
41.B	42.C	43.B	44.D	45.D	46.C	47.D	48.A	49.C	50.B
51.D	52.A	53.C	54.C	55.D	56.B	57.B	58.C	59.D	60.D
61.D	62.A	63.C	64.C	65.B	66.A	67.C	68.D	69.B	70.D
71.C	72.D	73.D	74.A	75.B	76.C	77.D	78.A	79.A	80.B
81.B	82.B	83.C	84.D	85.D	86.D	87.C	88.D	89.A	90.D

Prova Escrita (2ª Fase)

DIREITO CIVIL - DISSERTAÇÃO

Condomínio edilício. Direito intertemporal. Breves considerações sobre a aplicação do novo Código Civil aos condomínios constituídos antes de sua vigência, em especial, das normas dos artigos 1.336, §§ 1º e 2º, e 1.337 e seu parágrafo único, diante de convenções precedentes, que disponham de forma diversa ou nada estabeleçam a respeito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - QUESTÃO

Em ação de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel, cumulada com pedidos de reintegração de posse e indenização por perdas e danos, o autor, alegando, além da mora, demonstrada por notificação premonitória, o abandono do bem pelo réu e o risco de sua deterioração ou indevida ocupação por estranhos, requer a liminar concessão de tutela antecipada, consistente na pronta rescisão do contrato. Prolate a decisão que daria como juiz do processo.

DIREITO PENAL - DISSERTAÇÃO

Concurso aparente de normas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL - QUESTÃO

Se o artigo 35, da Lei nº 6.368/76, dispõe que o réu, condenado por infração do artigo 12 desse diploma legal, não poderá apelar sem recolher-se à prisão e se o artigo 2º, § 2º, da Lei nº 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), ressalta que, em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá, fundamentadamente, se o réu poderá apelar em liberdade, pergunta-se: traficante, como tal condenado, pode, ou não, interpor apelação sem recolher-se à prisão? Justifique a resposta.

DIREITO CONSTITUCIONAL - QUESTÃO

Analise, sinteticamente, a correção de todo o conteúdo das afirmativas seguintes, explicando o significado de seus termos: a) No Brasil, o poder de reforma da Constituição Federal é sujeito a limitações materiais, explícitas e implícitas; b) Não pode ser objeto de deliberação no Brasil a proposta de emenda constitucional tendente a abolir a República.

DIREITO ADMINISTRATIVO - QUESTÃO

Analise, sinteticamente, a correção de todo o conteúdo da afirmativa seguinte, explicando o significado de seus termos: em nosso sistema atual, não é admissível o controle judicial relativamente ao ato administrativo discricionário e ao ato interna corporis.

DIREITO COMERCIAL - QUESTÃO

Sabendo-se que os Acordos de Acionistas, quando arquivados na sede social da Companhia, devem ser por ela observados, pergunta-se: quais os meios de coercibilidade previstos para sua observância?

DIREITO TRIBUTÁRIO - QUESTÃO

O depósito prévio previsto no caput do artigo 38, da Lei nº 6.830, de 22/09/80, impõe-se como requisito de procedibilidade da ação anulatória do ato declarativo da dívida tributária? Justifique a resposta.